STJ00085270

Sumário

Prefácio (3ª edição) xv

Prefácio (1ª edição) xxi

Nota Explicativa à 5ª edição xxvii

A Profecia de Kirchmann xxix

Nota Explicativa à 3ª edição xxxi

Introdução 1
1. A Justificativa 1
2. O Enfoque Criminológico e Transdisciplinar 1
3. As Dimensões do Proibicionismo 3
4. A Estrutura da Investigação 4

PARTE I
CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-CRIMINAIS DO MODELO BRASILEIRO DE COMBATE ÀS DROGAS (DA MILITARIZAÇÃO AO DIREITO PENAL DO INIMIGO)

Capítulo 1 – O Modelo Internacional de Criminalização das Drogas 9
1.1. As Pesquisas sobre (Criminalização das) Drogas 9
1.2. Brevíssima Apresentação da Legislação de Drogas no Brasil 10
1.3. A Transnacionalização do Controle: o Discurso Médico-Jurídico e a Ideologia da Diferenciação 13

Capítulo 2 – A Instauração do Modelo Jurídico-Político 19
2.1. A Adequação Nacional ao Projeto de Transnacionalização 19
2.2. A Assinatura Latina: A Ideologia de Segurança Nacional 21
2.3. O Discurso Médico-Jurídico-Político na Lei 6.368/76 23
2.3.1. A Perspectiva Sanitarista: Tratamento Coercitivo 24
2.3.2. A Perspectiva Jurídico-Política: Incremento da Repressão 25
2.3.3. Hiatos de Criminalização: Pequeno Comerciante e Usuário de Drogas 26

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo 3 – A Base Ideológica da Política Criminal da Intolerância: Germens do Direito Penal do Inimigo na Estrutura Punitiva Brasileira 29
3.1. A Dupla Face do Programa de Defesa Social 30
3.1.1. A Ideologia da Defesa Social: características e principiologia 30
3.1.2. Variante: Os Movimentos de Defesa Social 34
3.2. A Ideologia de Segurança Nacional e a Militarização do Controle Social .. 36
3.3. A Política Criminal dos Movimentos de Lei e Ordem 39
3.4. A Fusão dos Horizontes de Punitividade 41

Capítulo 4 – O Modelo Repressivo de Combate às Drogas no Período Pós-Transição Democrática 43
4.1. A Perspectiva Constitucional da Repressão das Drogas Ilícitas 43
4.2. A Convenção de Viena e o Posicionamento das Agências Reguladoras da ONU: o Discurso Econômico-Transnacional 45
4.3. A Política Criminal Militarizada: Tipos Ideais Concretizados 47
4.3.1. A Operação Rio (1994-1995) 47
4.3.2. A Experiência de Militarização da Repressão às Drogas na América Latina 51
4.4. O Programa Nacional Antidrogas (PANAD) e a Adesão à Estratégia Hemisférica 53
4.5. O Fracasso da Política de Combate e a Manutenção da Estratégia Antidrogas 55

Capítulo 5 – A Estrutura de Punibilidade da Lei 11.343/06: Antecedentes e Estatuto Político-Criminal 59
5.1. A Reforma da Lei 6.386/76 59
5.2. A Lei do Crime Organizado no Cenário Global da Repressão ao Narcotráfico 61
5.3. O Regime Integralmente Fechado Plus 64
5.4. O Controle das Fronteiras Aéreas e a Repressão ao Tráfico Internacional. 66
5.5. O Estatuto Político-Criminal da Lei 11.343/06: Retórica Preventiva, Ênfase Repressiva 67

Capítulo 6 – Mal-Estar na Política Criminal Contemporânea: A Guerra às Drogas entre o Direito Penal do Inimigo e o Estado de Exceção 71
6.1. Inquisitorialismo, Direito Penal de Emergência e Direito Penal do Inimigo 71
6.2. A Formulação (Teórica) Contemporânea do Direito Penal do Inimigo . 73
6.3. O Direito Penal do Inimigo como Discurso de Legitimação da Punitividade no Estado de Permanente Exceção 77
6.4. O Inimigo (Perigoso) como Metarregra Orientadora da Atuação das Agências Penais na América Latina 81
6.5. Política Criminal de Drogas e Narcisismo Punitivo 83

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

PARTE II
DROGAS E (DES)CRIMINALIZAÇÃO

Capítulo 7 – As Políticas Criminais e a Crítica Criminológica 87
7.1. Os Discursos Político-Criminais 87
7.2. A Tensão na Política Criminal Contemporânea: Criminalização *versus* Descriminalização 90
7.2.1. Colocação do Problema 90
7.2.2. Criminologia da Práxis: Da Criminologia Crítica às Políticas Criminais Alternativas 92

Capítulo 8 – Tendências Político-Criminais Contemporâneas: Criminalização e Descodificação 97
8.1. Os Discursos Criminalizadores: Lei e Ordem, Tolerância Zero e Esquerda Punitiva 97
8.2. Os Efeitos dos Processos Criminalizadores: Descodificação (Própria e Imprópria) e Desregulamentação 101

Capítulo 9 – Os Discursos e as Práticas Descriminalizadoras 105
9.1. Descriminalização e Criminologia da Práxis 105
9.2. Descriminalização: Conceitos 107
9.3. Descriminalização Legislativa e o Caso do Porte de Drogas para Uso Pessoal na Lei 11.343/06 109
9.4. Descriminalização Judicial 111
9.4.1. O Papel do Operador do Direito na Efetivação da Constituição . 111
9.4.2. Descriminalização Judicial e Redução dos Danos Penais 113
9.4.3. Descriminalização Judicial: Critérios de Interpretação e Aplicação . 115
9.4.4. O Controle da Razoabilidade na Descriminalização Judicial: Motivação das Decisões 122
9.4.5. Descriminalização Judicial: Formas e Efeitos 126
9.5. Diversificação (Substitutivos Penais) 127
9.5.1. As Penas Restritivas de Direito 129
9.5.2. Composição Civil, Transação e Suspensão Condicional do Processo (de Conhecimento) 130
9.5.3. Crítica à Política de Diversificação (Substitutivos Penais) 133
9.6. Descriminalização de Fato e Cifras Ocultas da Criminalidade 137

Capítulo 10 – Descriminalização e Política de Redução de Danos 141
10.1. Programa Descriminalizador: Critérios desde o Abolicionismo, o Direito Penal Mínimo e o Garantismo Penal 141
10.2. Drogas: Custos da Criminalização e Descriminalização 144
10.2.1. Custos Individuais: Consumidores e Dependentes 147
10.2.2. Efeitos nos Sistemas Educacional e Médico 150

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.2.3. Consequências Econômicas 151
10.2.4. Efeitos no Sistema de Administração da Justiça Penal 153
10.2.5. Efeitos no Sistema Carcerário 154
10.3. O Projeto Antiproibicionista no Brasil 158
10.4. A Insustentabilidade Jurídica da Criminalização das Drogas 161
10.5. O Direito às Drogas: Thomas Szasz e Antonio Escohotado 165
10.6. Falácia Politicista da Lei 11.343/06 e Programa Mínimo de Redução de Danos 171
10.7. Alternativas e Práticas de Redução de Danos: A Experiência da Prescrição de Heroína 177
10.8. Proibicionismo e Redução de Danos: Incompatibilidades 185

PARTE III
O DIREITO PENAL DAS DROGAS
(CRÍTICA DOGMÁTICA E ABERTURAS JURISPRUDENCIAIS)

Capítulo 11 – A Instrumentalidade do Discurso Garantista e a Crítica Constitucional ao Direito Penal das Drogas 191
11.1. Esclarecimento sobre a Mudança de Perspectiva: da Crítica Criminológica à Instrumentalização Garantista 191
11.2. A Constituição Penal entre os Crimes Hediondos e os Delitos de Menor Potencial Ofensivo 192
11.3. A Estrutura da Lei no Direito Penal das Drogas e os Efeitos da Descodificação: Lei Penal em Branco e Tipicidade Aberta 196

Capítulo 12 – O Tratamento Penal do Tráfico de Drogas na Lei 11.343/06 .. 201
12.1. A Configuração da Tipicidade no Tráfico de Entorpecentes 201
12.1.1. A Finalidade do Agir como Critério Necessário de Identificação das Condutas Previstas nos Arts. 28 e 33, caput, da Lei 11.343/06 202
12.1.2. A Proporcionalidade como Mecanismo de Correção da Disparidade de Tratamento entre as Condutas Incriminadas no Art. 33 da Lei 11.343/06 206
12.1.3. Critério Dogmático de Correção da Desproporcionalidade e a Definição da Tipicidade (Subjetiva) das Condutas 210
12.1.4. Os Equívocos na Configuração da Tipicidade do Tráfico de Entorpecentes: Objetificação dos Elementos Subjetivos 213
12.1.5. As Dificuldades de Imputação da Conduta no Oferecimento da Denúncia 218
12.1.6. Lições de Direito Penal Comparado: Fixação de Quantidade Mínima para Consumo, Tráfico Privilegiado, Tráfico Comum e Tráfico Qualificado 222

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.2. Consumo Compartilhado (art. 33, § 3º, da Lei 11.343/06) 226
12.2.1. Critérios de Imputação e de Definição Típica 226
12.2.2. Lições da Jurisprudência Penal Comparada e Critérios de Imputação e de Desclassificação 227
12.3. Condutas do Art. 33, caput Imunes aos Efeitos da Lei dos Crimes Hediondos e dos Arts. 33, § 4º, e 44 da Lei 11.343/06 233
12.4. A Inconstitucionalidade do Art. 34 da Lei de Entorpecentes: Criminalização de Atos Preparatórios 237
12.5. Causas de Aumento de Pena Decorrente de Transnacionalidade e Transregionalidade do Tráfico (art. 40, I e V): Proibição de Dupla Incriminação 239
12.5.1. Requisitos de Configuração da Exportação e da Importação 240
12.5.2. As Majorantes Relativas à Transnacionalidade e Transregionalidade 241
12.6. Financiamento e Custeio do Tráfico (art. 40, VII) e o Crime Autônomo do Art. 36 da Lei 11.343/06 242
12.7. A Questão do Traficante-Dependente: Ausência de Conflito entre o Art. 33 e o Art. 45 da Lei 11.343/06 243
12.8. Possibilidade de Substituição de Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direito (Art. 59, IV, CP) 247
12.9. A Inconstitucionalidade do Art. 2º, § 1º, Lei dos Crimes Hediondos e a Progressão de Regime no Tráfico de Entorpecentes 252
12.10. Indução, Instigação, Auxílio e Apologia ao Uso de Drogas: Análise de Casos (Práticas de Redução de Danos, Marcha da Maconha e Movimentos Rapper e Funk) 256

Capítulo 13 – A Resposta Penal ao Uso de Entorpecentes no Brasil 267
13.1. A Inconstitucionalidade do Art. 28 da Lei 11.343/06 267
13.2. Porte de Drogas para Uso Pessoal e Tipicidade Material: Aplicações do Princípio da Insignificância 272
13.3. O Sistema de Penas e de Medidas Previstas para Usuários de Drogas na Lei 11.343/06 279
13.3.1. Natureza das Sanções Previstas na Lei de Drogas: Penas e Medidas 279
13.3.2. Da Inconstitucionalidade da Aplicação Cumulada entre Penas e Medidas e a Reedição do Sistema do Duplo Binário 280
13.3.3. O Caráter Moralizador da Pena de Admoestação 282
13.3.4. Tempo de Pena e Qualificação do Uso de Drogas pela Reincidência 283
13.4. Transação Penal, Justiça Terapêutica e Limites da Medida 284
13.4.1. Condições para Oferecimento de Transação Penal (Art. 48, §§ 1º e 5º, da Lei 11.323/06) 285

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.4.2. Da Inconstitucionalidade do Art. 48, § 5º, da Lei 11.323/06: *Nulla Poena Sine Iudicio* 286
13.4.3. Justiça Terapêutica e Aplicação de Medidas Educativas..... 288
13.4.4. Política de Redução de Danos e Justiça Terapêutica 291

Considerações Finais 295
1. A Constância e o Fortalecimento da Ideologia da Diferenciação..... 295
2. O Futuro da Política Internacional de Repressão às Drogas 296
3. As Fundações da Política Proibicionista: Defesa Social 298
4. As Fundações da Política Antiproibicionista: Crítica Criminológica..... 298
5. Antiproibicionismo e Redução de Danos..... 299
6. A Nova Lei de Drogas e a Manutenção da Lógica Punitiva 300
7. Mecanismos Moralizadores e Ética da Alteridade..... 301

Bibliografia..... 305

ANEXOS

Anexo I 325

Anexo II 341

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br